

65

DIVERSAS FORMAS DE ESTADO, SUA FORMAÇÃO, RECONHECIMENTO E EXTINÇÃO. SUA PERSONALIDADE JURIDICA ANTE O DIREITO INTERNACIONAL. DIREITOS E DEVERES DOS ESTADOS. DEFESA OU CONSERVAÇÃO PROPRIA. SOBERANIA, REPRESENTAÇÃO E COMMERCIO. BENS PERANTE O DIREITO INTERNACIONAL: DOMINIO TERRESTRE, AEREO E FLUVIAL.

- Formas do Estado - Soriano define o Estado como "um organismo politico, formado de certa quantidade de homens reunidos permanentemente em um territorio determinado, tendo um governo autonomo, meios sufficientes para garantir a ordem, distribuir a justiça em seu seio e para assumir a responsabilidade de seus actos em suas relações, com os outros Estados".

Donde se vê que a noção de Estado supõe os seguintes elementos:

- a) população fixa ou sedentaria;
- b) territorio delimitado;
- c) soberania interior e exterior, isto é, autonomia e independencia.

Os Estados se podem differenciar de varios modos.

Segundo as condições do seu corpo social, - os Estados ou são homogeneos (constituídos por uma só nação) ou são heterogeneos (encerrando varias nacionalidades).

Segundo sua composição, distinguem-se os Estados simples (os que possuem uma unidade completa, formando um todo homogêneo e individual, como a França e a Italia) e os Estados compostos (os que se formam pela união mais ou menos estreita de dois ou mais Estados). Estes ultimos assumem formas diversas. Diz-se Estado composto em união pessoal, aquelle formado por dois Estados collocados sob a autoridade de um mesmo soberano em quanto durar o seu <sup>reino</sup>, mas conservando cada qual personalidade distincta no interior e no exterior (exemplo, a Belgica e o Estado livre do Congo até outubro de 1908). Formam um Estado composto por união real dois Estados collocados a titulo permanente sob a autoridade de um mesmo soberano, mantendo elles personalidade distincta no interior, mas apparecendo como uma só entidade nas relações exteriores (exemplo, a Austria por conseguinte e união delles em uma communhão internacional. O que va

Hungria até 1918). Ha ainda o Estado composto em união incorporada, que é a situação de varios Estados cuja personalidade se funde, no interior e no exterior, na personalidade da união (exemplo, o Reino Unido da Grã-Bretanha). Occorre, finalmente, o caso da Confederação de Estados e do Estado Federal, que são associações politicas entre varios Estados, para fins de interesses communs, mas no primeiro caso cada unidade associada conservando a integridade da sua soberania e no segundo caso tendo suprimida a soberania propriamente dita, para conservar apenas a autonomia interna, instituido para o exercicio daquella, um governo federal.

Segundo a soberania, os Estados são soberanos - os que possuem plena independencia, tanto no interior como no exterior, ou semi-soberanos - os que, como vassallos ou protegidos, dependem de outros Estados.

Segundo a forma de governo, occorrem os Estados monarchicos e os Estados republicanos. Nos primeiros, a monarchia pode ser absoluta ou constitucional. Nos segundos a republica pode ser aristocratica ou democratica.

Segundo o seu poder, os Estados se dizem grandes potencias e Estados secundarios ou potencias de segunda ordem.

Formação, reconhecimento e extinção do Estado - Um Estado pode apparecer ou á custa de antigos Estados (provincia ou colonia que se faz independente, Estado semi-soberano que se torna soberano, transformação de uma confederação, união de varios Estados) ou pela organização de territorios novos (casos do Congo Belga e da Liberia). O reconhecimento de um novo Estado é o acto pelo qual a formação desse Estado é aceita pelos demais Estados. Pode ser esse acto collectivo ou individual, formal ou tacito. Si um Estado pode crescer por incorporação ou absorção de territorios, á custa ou não de outros Estados, pode correlatamente diminuir ou desapparecer. A extinção do Estado pode dar-se: pela dissolução de uma confederação ou federação, pela reunião de varios Estados em um só, ou pela incorporação de um Estado a outro.

Personalidade jurídica de Estado ante o direito internacional

Surgido o direito internacional moderno em 1648, com a Paz de Westphalia, ficou reconhecida a solidariedade dos interesses politicos dos Estados e por conseguinte a união delles em uma communhão internacional. O que va



le dizer, firmou-se desde então, nitidamente, a personalidade política dos Estados na sociedade que elles formam, como objecto de direitos e deveres regulados pelo Direito Internacional. sem os correlatos perigos.

Mas o - Direitos e deveres dos Estados - Tem os Estados duas especies de direitos: dos absolutos ou fundamentaes e os relativos ou convencionaes (resultantes dos tratados).

Constituem o primeiro grupo os seguintes direitos: direitos do Estado relativamente: á sua propria organização constituc) ao direito de soberania e de independencia; e no seu territorio; á applic) ao direito de conservação e de defesa; e á regulamentação do nec) ao direito de igualdade; e no seu territorio os restos judiciari) do direito de commercio; e á sua immuni) de jurisdicção, consie) ao direito ao respeito mutuo. e comparecer perante tribunaes de um ou

Assim como os direitos, são os deveres dos Estados tambem fundamentaes ou absolutos e convencionaes e relativos. E são os deveres correlativos aos direitos, isto é, consistem na obrigação de respeitar os direitos dos demais membros da sociedade internacional. Dahi decorre o principio de <sup>responsabilidade</sup> ~~impossibilidade~~ dos Estados. os outros Estados, resultam-lhe os

seguintes - Defesa ou conservação propria - Como um dos direitos absolutos do Estado, o de defesa e conservação significa que o Estado, na qualidade de pessoa de direito internacional, tem o direito de aperceber-se, na medida que lhe parecer necessaria, para garantir a sua conservação, a sua defesa e o seu desenvolvimento.

Não em ordem interna esse direito manifesta-se principalmente pelas dilleis pœnas, pela organização dos tribunaes repressivos, pela manutenção de agentes da força publica e de prisões; pela expulsão dos estrangeiros cuja permanência em seu territorio se lhe torne perigosa; e pelas medidas de excepção tomadas por ocasião de sedições e revoltas. productos, podendo Na ordem externa, o Estado se defende fortificando as suas fronteiras e costas, preparando, equipando e mantendo suas forças armadas.

O direito de conservação e defesa, entretanto, tem sua limitação natural no direito igual das demais entidades da sociedade internacional. Não constituiria, por exemplo, seu exercicio legitimo uma declaração de guerra sem justa causa ou para fins de politica interna, nem o banimento dos seus cidadãos criminosos em detrimento de outros Estados. ção e pelo

prim. Attendendo ao sacrificio que fazem os povos para manter seus meios de defesa externos, tem preocupado as nações modernas a procura de um curso que permittisse o desarmamento geral sem os correlatos perigos. Mas o problema é cheio de difficuldades e restrictas tentativas têm sido feitas no dominio pratico. com os sobre que se exerce o seu direito de guar- Soberania, representação, commercio - Da soberania interior decorrem os direitos do Estado relativamente: á sua propria organização constitucional e politica; á applicação das leis penaes no seu territorio; á applicação das suas leis civis aos seus nacionaes; á regulamentação do modo por que devam ser executados no seu territorio os arestos judi- ciaris de tribunaes estrangeiros; e á sua immuniidade de jurisdicção, consistindo em não poder ser obrigado a comparecer perante tribunaes de um outro Estado. o do Estado soffre duas divisões.

Esses direitos, porem, soffrem limitações mais ou menos extensas, que o direito internacional regula. territorio de um Estado, quer o continental, quer Da soberania exterior do Estado, que lhe garante a faculdade de agir livremente nas suas relações com os outros Estados, resultam-lhe os seguintes direitos: aereo. Alguns auctores, porem, acrescentam uma quinta - o direito de legação ou representação, nas duas formas - activa e passiva; caracterização dessas varias formas de dominio e o modo de adquirir - o direito de concluir tratados com outros Estados; que não pode ser aqui - o direito de fazer a guerra. gamos, porem, em synthese, em que consi Tambem esses direitos soffrem amplas limitações, decorrentes do direito internacional e principalmente em face da instituição da Sociedade das Nações. ou descontinua, nas convenientemente demarcada, occupada pelo O direito de commercio é o direito que tem cada Estado de manter relações com os outros Estados para a permuta reciproca de productos, podendo utilizar-se para esse fim das vias naturaes de comunicação, quaes os rios e os mares. Traz tambem, como consequencia, a faculdade para os nacionaes de cada Estado, de immigrar e estabelecer-se no territorio de outros Estados. estado.

Esse direito, como aliaz todos os direitos fundamentaes dos Estados, embora theoricamente incluido entre os direitos "absolutos" das pessoas de direito internacional, é limitado pelo direito de conservação e pelo



princípio de soberania dos Estados.

- Bens perante o direito internacional: dominio terrestre, aerea e fluvial - Os bens do Estado, no terreno do direito internacional, não se devem confundir com os bens objecto do direito de propriedade sobre o seu dominio privado, nem com os sobre que se exerce o seu direito de guarda ou gestão, como partes que são do seu dominio publico. Aquelles

bens em sentido estricto são o campo de applicação da sua soberania, isto é, o seu territorio ou o espaço sobre o qual se exercita o seu poder soberano.

Embora, porem, a soberania de um Estado sobre o seu territorio não possa ser confundida com a propriedade, ella está submettida, em certos pontos, a um regime analogo ao que regula a propriedade.

O territorio do Estado soffre duas divisões. seguintes elementos:

Na primeira dellas o territorio pode ser continental e colonial.

Na segunda divisão, o territorio de um Estado, quer o continental, quer o colonial, divide-se em: 1º dominio terrestre; 2º dominio marítimo (mar territorial, golfos, etc.); 3º dominio fluvial (rios e ribeiros); 4º dominio aereo. Alguns auctores, porem, acrescentam uma quinta modalidade, o dominio fluctuante.

A caracterização dessas varias formas de dominio e o modo de adquirir-o e perdê-lo são objecto de direito internacional, que não pode ser aqui resumida em poucas palavras. Digamos, porem, em synthese, em que consiste cada um delles.

O dominio terrestre abrange o solo e o sub-solo da extensão territorial, continua ou descontínua, mas convenientemente demarcada, occupada pelo Estado.

O dominio marítimo e o fluvial, também denominado, conjunctamente, dominio equoreo, são formados pela parte liquida que banha o Estado interna e externamente.

O dominio aereo é o espaço, ou melhor, a columna de ar, que cobre o territorio do Estado.

E o dominio fluctuante, finalmente, é formado pelo conjuncto dos navios publicos ou privados que as leis do Estado considerarem nacionaes.



# COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

## VOLTA REDONDA

*[Handwritten signature]*

150

87

### O sentido da Usina de Volta Redonda

A grande Usina de Volta Redonda, ao contrário das Usinas menores que utilizam carvão de madeira e produzem ferro para concreto, pequenos perfis e arame, atenderá às necessidades do País, no que se refere a chapas (grossas, médias, finas, estanhadas e galvanizadas), grandes perfis e trilhos pesados, além da fabricação de aços finos para fins particulares.

*meta*

Nela será empregado carvão mineral nacional, como agente térmico, e será produzido ferro gusa em grande escala.

Com ela será desenvolvida a exploração das bacias carboníferas, dos minérios de ferro e de muitos outros produtos minerais, cujas reservas, no Brasil, são imensas e inesgotáveis. O progresso e a riqueza serão levados a várias regiões do País.

Utilizando o carvão mineral, a Usina dotará o País de uma série de subprodutos do mais alto valor para o desenvolvimento da sua indústria química e bélica.

De seus fornos sairão aços especiais com os quais se forjarão armas para a defesa do Brasil.

Eis, em suma, o sentido da criação da Usina de Volta Redonda, a pedra angular colocada no alicerce da emancipação econômica do Brasil, graças ao ardente patriotismo e profunda visão do Presidente Getúlio Vargas.

### Construção da Usina

Na construção da Usina de Volta Redonda, estão sendo empregados 400 000 m<sup>3</sup> de concreto, 48 000 ton de ferro, 3 000 000 de sacos de cimento, ~~300 000~~ m<sup>3</sup> de pedra britada, 2 800 000 m<sup>2</sup> de madeira, ~~300 000~~ m<sup>3</sup> de areia.

O edifício dos Laminadores terá a extensão de 1 280 metros. Serão montadas 150 000 ton de máquinas e nos 55 km de linhas férreas, — distância aproximada de São Paulo a Jundiá, São Paulo a Mogí, ou São Paulo a Piassaguera — correrão locomotivas de tração, locomotivas-guindastes de 20 e 40 ton e 53 vagões diversos.

As 57 pontes rolantes percorrerão 10 km de trilhos, cobrindo 5 000 m de edifício e terão capacidade total de 1 177 toneladas.

Um dos Gasômetros da Usina, o de Gás do Alto Forno, terá capacidade para 142 000 m<sup>3</sup>, diâmetro de 51 m e altura de 92 metros.

*aproximadamente*

O consumo diário de gás na Usina será de 3 910 000 m<sup>3</sup> ou sejam 10 vezes o volume normalmente consumido na cidade do Rio de Janeiro e 30 vezes o volume consumido na cidade de São Paulo.

Serão montados 1 500 motores com potência de 1/4 a 11 200 HP. A Usina terá uma potência instalada de 52 500 KW.

Em Volta Redonda trabalham hoje cerca de 14 000 pessoas, das quais 11 000 são empregados da CSN. Os restaurantes da Cia. fornecem diariamente ~~12 500~~ refeições a seus operários.   
6000



## P r o d u ç ã o

Abaixo se encontram os dados de produção anual da Usina de Volta Redonda ao lado da atual produção do Brasil

<b>Produção da Usina de Volta Redonda</b>	<b>Produção total do Brasil</b>
---	---------------------------------

### C o q u e r i a :

Além do coque metalúrgico (360 000 ton) para o Alto Forno, 40 000 ton de coque de fundição.	40 000 ton de coque de fundição de fábricas de gás.
---	---

### U s i n a d e S u b - P r o d u t o s :

15 200 000 litros de alcatrão	700 000 litros
3 888 000 litros de benzol puro	Não produz
208 000 litros de xilol puro	" "
93 000 litros de nafta solvente	" "
5 200 ton de sulfato de amoníaco	" "

### A l t o F ô r n o :

Com um Alto Forno - 300 000 ton de gusa.	Com 24 Altos Fornos - 250 000 ton de gusa.
--	--

### A c i a r i a :

256 000 ton de lingotes	185 000 ton de lingotes
-------------------------	-------------------------

### L a m i n a d o r e s :

200 000 ton de laminados, assim distribuídos: 70 000 ton de trilhos até 75 kg por metro, talas e placas de apôio; 20 000 ton de perfis comerciais e barras; 10 000 ton de tarugos; 25 000 ton de chapas grossas; 15 000 ton de chapas finas e chapas pretas; 15 000 ton de chapas galvanizadas; 40 000 ton de folhas de Flandres.	160 000 ton de vergalhões, perfis leves, arame.
--	---

Volta Redonda não produzirá os laminados hoje já fabricados no Brasil. Plenamente desenvolvida, a Usina terá 4 Altos Fornos e sua produção será proximamente 4 vêses maior.

As Laminações atuais não podem produzir os produtos que serão fabricados em Volta Redonda, exceto trilhos até 35 kg por metro.

## P o r q u ê V o l t a R e d o n d a ?

Inúmeros foram os problemas que se apresentaram ao Governo para a escolha do local da Usina Siderúrgica. A localização da Usina recaiu em Volta Redonda, em virtude de poderosas razões de ordem econômica, social e militar, resumidas adiante.

### Ó r d e m e c o n ô m i c a

a) — Localizar a Usina em relação ao minério de Minas Gerais e ao carvão de Santa Catarina, de modo que as matérias primas a ela cheguem por preço razoavel, e dela



partam seus produtos acabados para os principais centros consumidores, em condições favoráveis.

Volta Redonda, resolve a questão vital do transporte. Servida por dois extensos sistemas ferroviários, E. F. C. B. e R. M. V., que ligam o litoral ao interior, em diversos pontos, a Usina de Volta Redonda fica distante cerca de 400 km de Lafayette, onde se encontram as atuais explorações de minério de ferro e distante de Pedra do Sino, — onde se encontra a pedra calcárea, — cerca de 357 km. A dolomita é encontrada num raio de poucos quilômetros. Os minérios de ferro, manganês, pedra calcárea e dolomita, são, pois, encontrados a distâncias relativamente pequenas. Com relação aos principais centros consumidores, Volta Redonda dista de São Paulo 354 km e do Rio de Janeiro 145 km.

O carvão mineral, cujas jazidas estão em Santa Catarina, é facilmente transportado por mar até o pôrto do Rio de Janeiro, e, daí, até Volta Redonda pela E. F. C. B.

Das diversas localizações possíveis para a Usina, foi Volta Redonda a que resolveu melhor o problema sob o ponto de vista econômico. O local da Usina é determinado de modo que o produto acabado, que suporta fretes relativamente altos, possa ser vendido nos dois principais centros consumidores do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, por baixo preço.

b) — Evitar grandes despesas que, somadas às da construção da Usina propriamente dita, venham crescer o seu custo. Evitar dispender grandes somas na construção de novas estradas de ferro, na adaptação de portos, no alto preço dos terrenos quando próximos aos grandes centros e encontrar terreno com extensão relativamente plana, suficiente para qualquer provável aumento e, finalmente, um local com grande suprimento de água doce para a extinção do coque, limpeza dos gases, refrigeração dos Altos Fornos, dos Fornos de Aço, dos Laminadores, alimentação das Caldeiras, dos Laminadores e outras aplicações menores. O Rio Paraíba suprirá abundantemente a Usina Siderúrgica, cujo consumo está calculado em ~~500~~ <sup>600</sup> milhões de litros por 24 horas, <sup>nao se que, em 24 horas,</sup> ~~ou seja uma vez e~~ <sup>meia</sup> o consumo do Rio de Janeiro é ~~2~~ <sup>de 500 milhões de litros e</sup> vezes o consumo de São Paulo, <sup>e de 330 milhões de litros.</sup>

**Ordem social:**

As condições em Volta Redonda são muito favoráveis, quer com relação à altitude, pois Volta Redonda está situada a 400 m acima do nível do mar e tem clima saudável, quer com relação ao trabalho, cuja média de mão de obra é mais barata que em centros mais populosos.

**Ordem militar:**

A Usina em Volta Redonda tem, como proteção natural, a muralha da Serra do Mar, e está fóra do alcance da artilharia naval. A defesa militar da usina se cingirá, portanto, à defesa anti-aérea.

**O que será possível com Volta Redonda**

Em funcionamento a Usina de Volta Redonda, o Brasil poderá fabricar, utilizando material 100% nacional:

- Estruturas de aço para construção civil: { edifícios, pontes, hangars
- Indústria naval: { navios



**Indústria pesada:**

- locomotivas
- vagões
- caldeiras
- turbinas
- geradores
- transformadores
- motores
- tratores
- máquinas agrícolas

**Indústrias bélicas:**

- armas
- canhões
- explosivos

**Indústrias químicas:**

- medicamentos
- anilinas
- corantes
- gasolina
- ácido nítrico
- perfumes

**Indústrias automobilísticas:**

- automóveis
- peças diversas
- motores de explosão

**Indústrias diversas:**

- recipientes de folhas de Flandres (latas)
- móveis de aço
- aços especiais (para ferramentas, etc.)
- pavimentações (macadam)
- fundições em geral
- cimentos especiais

Essas indústrias necessitam, no momento, importar sua matéria prima e, com Volta Redonda, serão incrementadas e utilizarão material nacional.

Volta Redonda marca uma época e emancipa economicamente o Brasil.

Em breve tempo, como prometeu em sua conferência proferida no Auditorio da "A Gazeta" de São Paulo, o Diretor Técnico da C. S. N., Ten. Coronel Macedo Soares, poderemos ver partir

"No primeiro trem de produtos da Usina de Volta Redonda, as matérias primas que a indústria de São Paulo transformará em máquinas e ferramentas, para a **GRANDEZA DO BRASIL!**"

ORAÇÃO DO DOUTOR JORGE DODSWORTH

Meus amigos.

Ainda não voltei a mim da surpresa que me causou esta manifestação, cuja iniciativa e realização couberam a companheiros dos varios sectores onde exerço, ou exerci, o meu labor, todos elles homens eminentes, não só pelas investiduras que lhes incumbem, como pelas qualidades de character e intelligencia que os ornam e os collocam na posição impar de verdadeiros expoentes das suas respectivas actividades. Assim se me proporcionou o prazer da companhia de tão grande numero de amigos, em um jantar do qual a intimidade só é contrastada pelo ambiente solemne que o numero de convivas e a magestade deste salão, lhe communicam. Em verdade, não ~~me~~ reconheço <sup>em mim</sup> qualidades pessoas que justifiquem homenagem de tamanho vulto, e se me refiro ao vulto desta homenagem, é para que não me acreditem presa de uma falta modestia. O meu temperamento é conhecidamente avesso à publicidade. Não sou um adepto da propaganda pessoal, e sempre foi meu desejo o conservar-me anonymo, como uma peça qualquer, da grande machina de trabalho do meu paiz. Só mandato imperativo de amizade me traria ao exercicio de função publica, já recusada em epoca remota, quando poderia acalentar anseios de mando e poder. E a sua precariedade de bolha de sabão, que o mais leve sopro desfaz, e que tão bem resalta, não pode constituir, como não constitue, o motivo desta homenagem desproporcional, pela sua grandiosidade, aos meus meritos e à minha posição administrativa.

Não sou, portanto, eu, a causa desta efflorescencia sentimental; sou, apenas, o pretexto que surge no momento propicio em que um impulso incontrastavel de patriotismo precisa se definir.

O que em vosso nome os vossos interpretes exprimiram em suas bellas orações, cheias de requintadas gentilezas a meu respeito, e que me merece a mais funda gratidão, marcando com pedra branca este dia de minha vida, não demonstra sómente a decantada bondade da nossa gente, mas algo mais transcendente, de muito maior significação.

Em uma de suas comedias, tida como obra prima de malicia satyrica, Beaumarchais apresenta D. Basilio insinuante, maneiroso, cheio do prestigio que só o seu habito lhe empresta, a espalhar o boato que tisma e enxovalha, e que começa como um zephiro imperceptivel, murmúrio insensivel, mas sempre crescendo, de instante a instante, até



2.

gerar o tufão avassalador cuja constancia só é comparavel à successão das ondas do mar ... Si mudou de indumentaria, modernizando-a, D. Basilio ainda não mudou, nem mudará, de alma. Será <sup>sempre</sup> o mesmo poço negro, cheio de fel, do qual nunca surgirá a verdade.

Uma alcatéa de Dons Basílios julgou momento azado, e empregou-se em faina destruidora, não de minha pessoa, de pouca valia, mas da parcella de autoridade administrativa que represento, recomendo, pelos primeiros degraus, tentativa de escalada em pról da desordem, da anarchia e da desconfiança, perturbadoras da grande obra de resurgimento nacional que presenciámos. O que quizestes exprimir com esta publica manifestação, para a qual fui convidado, foi a vossa repulsa aos methodos de desgregaçãõ social e politica de que lançam mãos os boateiros contumazes, os descontentes incorrigiveis, os falhos de dignidade civica, elementos nocivos que pretenderam agitaro ambiente, aquelles mesmos que foram estigmatizados pelo eminente Chefe do Governo em seu memoravel discuro de 29 de Julho. Comparecistes tangidos pelo ideal de equilibrio, de ordem, e de solidariedade humana, sem o qual todo o trabalho é improficuo, e consequentemente, todo progresso impossivel. "No espirito que anima a evoluçãõ politica do mundo moderno", diz Almir de Andrade em seu grande livro -Força, Cultura e Liberdade-, "permanece vivo e eterno, aquelle ideal de equilibrio e de solidariedade humana, que foi, ha mais de vinte seculos, consagrado pelo genio dos latinos: honeste vivere; neminem laedere suum quique tribuere. Viver honestamente, não prejudicar a ninguem; dar a cada um o que lhe pertence". É este o pesamento individual de cada um de nós, a aspiraçãõ suprema e sincera da collectividade, o principio democratico basico do Estado Novo.

Do mundo atrahente das theorias, da seducçãõ dos themas politicos subjectivos, a vida moderna rumou para um sentido pratico e racional. A politica, como sciencia, penetrou, tambem, o seu campo de experimentaçãõ, onde não se debate com palavras, mas se examina com factos, a escala dos phenomenos da vida social.

Dos extases da velha escola, impregnada do espirito romantico de Rousseau, o mundo contemporaneo elevou-se à comprehensãõ logica das necessidades humanas. Fez-se pbjectivo. A politica, que se baseava em formulas geraes, formulas-padrão, perdeu este sentido de universalidade para particularisar, individualisando os typos nacionaes. Estamos, por isto mesmo, à vanguarda do espirito moderno, quando fixamos, no scenario brasileiro, o Estado typico nacional. Nascido da propria realidade ambiente, o regimen vigente é de creaçãõ autonoma, e se nutre, na sua evoluçãõ organica, das proprias solicita-



## 3.

-ções da vida brasileira. Sem perder, na sua estrutura e na sua substancia, as características da legitima democracia, o Estado Novo, em torno do qual se processa a unidade de pensamento colectivo, e do qual recolhemos, na esphera da administração publica, a benefica influencia de seu espirito renovador, não pôde ser acoimado dos endemicos ficciosismos dos velhos moldes em uso até então. Democracia, porque nelle intervem o povo sem a acção neutralizante e tendenciosa dos intermediarios; democracia, porque nelle se apura a capacidade de todos, sendo um appello constante à energia de cada um em beneficio da collectividade; democracia, porque actualiza o Estado e dá-lhe uma expressão economica no panorama do mundo moderno, o Estado Novo representa uma suprema conquista do Brasil forte e uno.

Esta unidade, que em todos os tempos, é uma das forças viciaes da nacionalidade, affirmando, desde as invasões da éra colonial, o glorioso predestino da terra de Santa Cruz, e projectando-se, no futuro, como um só bloco de cultura, teve, ainda, no Estado Novo o seu legitimo consolidador. Annullando preconceitos e bairrismos, cancellando emblemas e armas regionaes, fundindo, em uma só, a bandeira do Brasil, cantando unisono o hymno, desde os igarapés do norte às coxilhas do sul, o regimen de 10 de Novembro plasmou em uma só alma, ao mesmo tempo heroica e pacifica; mansa e guerreira; doce, generosa, cheia de affecto, desprendida, mas indomavel, impetuosa, épica; a ternura lyrica de Mari- lia e a gloria immarcescivel de Caxias.

Meus amigos.

Com o pensamento cravado nos destinos de nossa patria, nestes dias tormentosos que o mundo atravessa, não é demais que aproveitasse a vossa presença para encarecer os salutaes effeitos da actualidade politica do systema brasileiro.

Neste scenario de amizades desinteressadas, onde tantas figuras culminantes me honram com a sua companhia, e me desvanecem com a sua estima, não quero despedir-me sem ousar uma interpretação de vossa attitude que seja, ao mesmo tempo, um louvor do vosso espirito, um elogio dos vossos sentimentos, uma acclamação do vosso character e do vosso patriotismo. Neste Brasil immenso e bello, as grandezas naturaes não diminuem, de fôrma alguma, o homem. Pelo contrario, exaltam-no como merecida moldura, dentro de cujas cyclopicas maravilhas elle se aprimora cada vez mais na riqueza de sua sensibilidade, na supremacia de sua intelligencia, no fervor de sua fé civica, na coragem de seus arremessos constructores, na intransigencia de sua honra.

4.

Neste nosso incomparavel Brasil, o homem se affirma digno delle por uma successão de predicados phisicos e de virtudes moraes, reagindo nos dois climas de sua vida material e de sua vida espiritual, com uma bravura e uma belleza, que são o nosso porenno e deslumbrante orgulho.

Meus amigos! Sois, sem duvida, um modelo dessas qualidades e, não por mim, mas pela consonancia dos sentimentos em face de irresistiveis reacções patrioticas, viestes dar aqui o testemunho de vossa permanente e universal vigilia civica.

Não sou eu, assim, quem está em causa, mas vós mesmos, nobres, leaes, valorosos, incansaveis servidores de uma Patria una e gloriosa, que forjou, dentro de sua incomparavel natureza, um povo à sua imagem e semelhança.

Cheio de unção, eu vos convido pois, meus amigos, a beber por um Brasil ainda maior !

Distrito Federal, 26/9/1940.



B

HISTÓRIA DO BRASIL

ARQUIVADO EM

7/4/1942

Para restituir ao

Dr. J. Serrano se ele se chama XV, no nome

o nome em que o problema de ensino brasileiro para os índios teve

as relações definitivas com o grande feito de Vasco da Gama. Com

o nome de descobridor, foi a 20 de Maio de 1498 que o navegador descobriu

o Brasil por portugueses saídos de Calicut. A 22 de Abril de 1500, outra expedição

portuguesa, a JONATHAS SERRANO em princípios de

1500 se dirigiu para estabelecer no Brasil as negociações estabelecidas

com o Sumário, ou soberano local, e descobriu a terra que mais tarde

se chamaria Brasil.

Considerando a matéria até hoje pouco estudada, o presente trabalho

é dedicado ao estudo da viagem de Cabral, e embora seja

um trabalho de natureza histórica, não se trata de uma obra de

pesquisa, mas de uma síntese, por isso de

carácter de ( SÍNTESE ) e destinado sobretudo para a

leitura de Cabral e que visa a fixar a data de Cabral, e embora seja

um trabalho de natureza histórica, não se trata de uma obra de

pesquisa, mas de uma síntese, por isso de carácter de

( SÍNTESE ) e destinado sobretudo para a leitura de Cabral

e que visa a fixar a data de Cabral, e embora seja um trabalho de

natureza histórica, não se trata de uma obra de pesquisa, mas de

uma síntese, por isso de carácter de ( SÍNTESE ) e destinado

sobretudo para a leitura de Cabral e que visa a fixar a data de

Cabral, e embora seja um trabalho de natureza histórica, não se trata

de uma obra de pesquisa, mas de uma síntese, por isso de carácter

## HISTÓRIA DO BRASIL

### I. - O Descobrimento.

A história do Brasil começa no fim do século XV, no momento mesmo em que o problema do caminho marítimo para as Índias recebia solução definitiva com o grande feito de Vasco da Gama. Com rigor cronológico, foi a 20 de Maio de 1498 que o imortal descobridor português chegou a Calicut. A 22 de Abril de 1500, outro almirante português, Pedro Alvares Cabral, que partira em princípios de Março de Lisboa para continuar na Índia as negociações entabuladas com o Samorim, ou soberano local, - descobria a terra que mais tarde se chamaria Brasil.

Casualmente? A matéria até hoje provoca eruditas discussões. Terá tido Cabral a idéia de efetuar descobrimento e por isso foi que se afastou da costa africana? É possível. É até muito provável. Não se pode entretanto garantir, por falta de provas suficientes.

A carta de Pero Vaz de Caminha - escrivão nomeado para a feitoria de Calicut e que viajou na frota de Cabral, - embora seja um precioso documento histórico, não esclarece este ponto. Em todo caso não se pode atribuir o desvio da frota a tempestades, ainda que os ventos e as correntes marítimas possam ter influído.

Considerada a região a princípio erradamente como uma ilha, - "ilha de Vera Cruz", - chamada logo depois "Terra de Santa Cruz" - não tardou que fôsse denominada a terra do brasil, e por fim simplesmente Brasil. Explica-se a denominação pelo fato de ser abundante na região a "ibirapitanga", madeira que produzia tinta vermelha, semelhante a que então importavam da Ásia os Europeus e com igual nome. Brasileiros foram chamados os que comerciavam com o pau-brasil, depois os que habitavam a Colônia e por fim os filhos do país.

Quanto à data em que foi descoberto o Brasil não há motivo para dúvidas. A carta de Pero Vaz de Caminha afirma de modo claro que foi a 22 de Abril, quarta-feira, que se avistou o primeiro ponto da terra ainda não conhecida: o monte Pascoal, - no atual estado da Baía. Facilmente se compreende a razão do nome: era quarta-feira da semana entre Páscoa e Pascoela.

A carta de Caminha, de tão alto valor histórico, escrita por ocasião do descobrimento e datada de 12 de Maio de 1500, em Porto Seguro (a baía onde a frota de Cabral fundeu) - era dirigida a



D. Manoel, soberano de Portugal. Ficou arquivada em Lisboa e só foi publicada pela primeira vez em 1817. Daí resultaram dúvidas, até quanto ao dia exato do descobrimento do Brasil, dúvidas que hoje estão explicadas cabalmente.

Pero Vaz de Caminha não se limitou a um relato sêco e frio do descobrimento. A sua carta é interessantíssima, pelas descrições da região e dos habitantes indígenas, pela narrativa de episódios pitorescos e por algumas observações muito felizes quanto às possibilidades e ao futuro da terra descoberta.

A bordo dos navios da esquadra de Cabral seguiam para as Índias sete missionários franciscanos, sendo superior Frei Henrique de Coimbra: êste celebrou as duas primeiras missas no Brasil: uma, a 26 de Abril, domingo da Pascoela, num ilhéu da enseada de Pôrto Seguro, e outra, a 1.º de Maio, no continente. Esta é chamada, impropriamente, "a primeira missa no Brasil", e é assunto de um quadro célebre do grande pintor brasileiro Victor Meireles (da galeria do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro).

Nesse dia 1.º de Maio de 1500 foi que Cabral tomou solenemente posse da terra descoberta, em nome do rei de Portugal. No dia seguinte a esquadra seguiu, rumo das Índias.

Desde 1493, logo após o descobrimento da América por Cristóvão Colombo, Portugal e Espanha procuraram decidir a quem ficariam pertencendo as novas terras que estavam sendo reveladas ao Velho Mundo. Serviu de árbitro o Papa Alexandre VI. A princípio a linha de marcação foi estabelecida a cem leguas a oeste de Cabo Verde: as terras que ficassem ao oriente dessa linha pertenceriam a Portugal. D. João II, então soberano, julgou-se prejudicado e protestou: de fato a linha demarcadora dava em pleno oceano. Afinal, em 1494, o tratado de Tordesilhas estabeleceu que o meridiano demarcador passaria 370 leguas a oeste de Cabo Verde. Atingia portanto o Brasil (mais ou menos de Belém do Pará até Laguna em Santa Catarina). Em virtude do tratado de Tordesilhas, o nosso país, seis anos antes de ser descoberto, por Pedro Alvares Cabral, já estava incluído na esfera de ação dos portugueses, na sua parte litorânea, banhada pelo Atlântico.

Veremos adiante quais os outros fatos que dilataram a área do Brasil português e contribuíram para que o nosso país viesse a ter outros limites a oeste, que não a linha demarcadora de 1494.



## II. - A população indígena.

Quando aqui chegaram os descobridores, era já o Brasil habitado por diversas tribus selvagens. A princípio os exploradores só distinguiram dois grandes grupos: Tupís, ao longo do litoral, e Tapuias, no interior. Falavam as tribus do primeiro grupo uma língua geral ou línguas aparentadas, a cujo conjunto se chamou Abanheenga ou Abanheem. Mais tarde ficou patente que a divisão era simples de mais e não abrangia todas as tribus. Hoje há quem admita oito grupos principais, ficando ainda algumas tribus não classificadas definitivamente.

Dos vários grupos os mais importantes são quatro: Tupís, Gês, Aruaques e Caraíbas. Como exemplo de tribus ainda não classificadas satisfatoriamente: os Borôros e Nhambiquaras.

Estendiam-se os Tupís por quasi toda a costa. Realizaram também diversas migrações para o Norte (Maranhão e Pará), após a chegada dos Portugueses. Conforme a pureza da língua que falam, distinguem-se Tupís puros e impuros. Ao primeiro grupo pertencem os Omágrimas, - cabeças chatas, ou Cambebas, das margens do Solimões, - notáveis porque praticavam a deformação da cabeça, de onde o seu apelido. Os Mundurucús, do médio e baixo Tapajós, pertencem aos Tupís impuros.

Os Gês ocupam o plano mais baixo dos nossos servícolas; correspondem à maioria dos outrora chamados Tapuias. Tais os Caingangos, de São Paulo e Paraná, e os Bugres de Santa Catarina.

Os Aruaques ocupavam as Guianas, o baixo e o médio Amazonas e seus afluentes. Os Parecís (no planalto do mesmo nome em Mato Grosso) pertencem a este grupo. Os Aruaques plantam, caçam, tecem redes e demonstram grande perícia em navegação fluvial.

Os Caraíbas chegaram até às Antilhas, indo talvez do Sul para o Norte. Os Bacairís do Xingú, estudados por C. von den Stein, incluem-se neste grupo.

Não se pode com precisão determinar quando, de onde e como chegaram as primeiras tribus indígenas ao Brasil. Certo é, porém, que não são autóctones.

Na época do descobrimento constituíam os Tupís o elemento indígena mais importante e menos rude. Ainda na idade lítica (período da pedra polida ou neolítico) desconheciam o uso dos metais, andavam em quasi completa nudez, alimentavam-se de caça e pesca e praticavam uma agricultura rudimentar (mandioca, milho, cará e diversas frutas).



Não haviam domesticado animais para dêles obter leite, nem matéria para vestimenta, ou meio de transporte. Chegaram, porém, a domesticar algumas aves, principalmente papagaios.

Produziam fogo pelo atrito rápido de dois paus apropriados e possuíam armas (arcos e flechas, tacapes ou clavas, e sarabatanas para arremêso de setas). Empregavam pedra, argila, resinas, ossos, vime, cipó, taquara e fibras vegetais, com habilidade não raro admirável, no fabrico de utensílios e artefactos de uso doméstico.

Aos homens cabia a caça, a pesca, os trabalhos mais pesados, a defesa e a guerra. Cada tribo formava um aldeamento com uma ou diversas tabas - habitações coletivas, em que moravam diversas famílias. A taba em geral constava de uns tantos ranchos ou ocas, em tórno de uma praça (ocara). Em média, resistiam uns quatro anos. A escassez da pesca e da caça e as lutas frequentes, além disso, obrigavam as mudanças.

Certas tribus do Norte (Amazonas e Maranhão) moravam em casas construídas sôbre esteios, lembrando o aspecto das palafitas européias.

Belicoso, o indígena pregava acima de tudo a coragem. Desde cedo se adextrava no manejo das armas. Impassível diante da dor, ufanava-se dos seus feitos de bravura. O chefe da tribo - o morubixaba - era o guerreiro mais valente, isto é, o chefe dos lidadores. Os vencidos eram sacrificados. Certas tribus praticavam a antropofagia ritual.

O indígena brasileiro não tinha religião bem definida, o que aliás se compreende facilmente, dado o seu grau inferior de cultura; mas possuía certas crenças supersticiosas e até se elevava à idéia, mais ou menos vaga, de um ser (Tupan) que se manifestava pelo raio, pelos relâmpagos e pelo trovão; mas não lhe erguiam templos ou altares, nem tinham culto propriamente dito. Algumas tribus pareciam respeitar de modo especial o Sol (Coarací) e a Lua (Jací). O pagé, ou sacerdote, acumulava funções de médico, ou antes de charlatão da tribo, ouvido sempre com respeito e temor. Vivia em geral afastado do bulício das ocupações diárias, numa tapera ou habitação abandonada e dava suas respostas ao som do maracá (espécie de chocalho).

Coube principalmente aos Jesuítas, como veremos mais adiante, a grande obra de catequese e civilização do selvagem.



A influência do elemento indígena, se patenteia de modo notável no vocabulário brasileiro, sobretudo nos topônimos (Guanabara, Niterói, Paranaá, Sergipe, Paraíba, Itajubá e muitíssimos outros nomes de localidades). No domínio do folclore - lendas, Contos, Canções populares, também se verifica o seu influxo.

A princípio o elemento indígena dominou em tôdas as regiões de colonização do nosso país. Cresceu, porém, a corrente africana com a introdução dos negros escravos, e os índios pouco a pouco recuaram para o interior, deixando as zonas de exploração agrícola, e as próprias regiões das minas. O negro, mais resistente e submisso, acabou prevalecendo.

Ainda hoje não se conhece exatamente quantos eram, na época do descobrimento, os selvícolas brasileiros. Nem se pode, com rigor estatístico, afirmar quantos sejam atualmente.

O índio inspirou os românticos brasileiros em obras de valor literário e artístico. Gonçalves Dias e José de Alencar representam essa corrente indianista em verso e prosa. O Guaraní, romance escrito pelo último desses dois autores citados, por sua vez serviu de tema para a ópera do mesmo nome, de Carlos Gomes.

### III. - Primórdios da Colonização.

Logo em meados do ano seguinte ao do descobrimento do Brasil, partiu de Lisboa uma frota de três navios para explorar a terra de que Cabral tomara posse em nome do soberano português. Essa frota nas alturas de Cabo Verde cruzou com a do descobridor do Brasil, já então de volta da Índia.

Não se sabe quem comandou esta primeira armada exploradora. (Gaspar de Lemos? André Gonçalves?) Os navegantes percorreram larga extensão da costa brasileira, batizando os lugares de acôrdo com os Santos do dia: Cabos S. Roque e S. Agostinho, rio S. Francisco, baía de Todos os Santos, cabo S. Tomé, Angra dos Reis, ilha de S. Vicente. Quanto à baía do Rio de Janeiro, suposta erroneamente largo estuário, nela entraram a 1ª de Janeiro de 1502.

Em 1503 veio outra frota exploradora, de seis navios, um dos quais sob o comando de Américo Vespúcio.

Armadores particulares organizaram expedições por conta própria (Fernão de Noronha, p. ex.) Armadas oficiais destinadas à Índia tocavam no Brasil (a de Afonso de Albuquerque, entre outras), e até espanholas (a de Diaz de Sotro, o descobridor do Rio da Prata). Em sua viagem ao redor do mundo Fernão de Magalhães passou



pelo Rio de Janeiro, em 1519 ( e até deu à baía de Guanabara o nome de Santa Luzia, por ter chegado no dia 13 de Dezembro).

No reinado de D. João III, filho e sucessor de D. Manoel, Christóvão Jaques fundou uma feitoria em Itamaracá (em Pernambuco).

Não causa surpresa que, com tantas viagens, ocorressem naufrágios. Alguns naufragos se tornaram célebres, estando a sua história envolta em lendas. Assim Diogo Alvares, o Caramurú, na Baía, e João Ramalho, em S. Vicente. Ambos se casaram com índias e vieram a ter prestígio entre os aborígenes. Graças a isto, prestaram relevante auxílio à obra da colonização portuguesa do Brasil.

A mais importante das expedições exploradoras teve para comandante a Martim Afonso de Sousa (1530). Partiu de Lisboa em princípios de Dezembro e em Janeiro do ano seguinte estava pelas alturas do Cabo de Santo Agostinho. Aprisionou uma nau francesa carregada de pau brasil e entrou em Pernambuco.

Para o Norte foi mandado Diogo Leste, que explorou a costa até a foz do Gurupí (entre Maranhão e Pará). Descendo até à Baía, Martim Afonso aí se avistou com Diogo Alvares (o Caramurú) e deixou-lhe serventes úteis. Seguiu para o Sul, entrou na baía do Rio de Janeiro, onde mandou construir uma casa forte. Seguiu até Cananéia e daí até o Rio Grande do Sul.

Em Janeiro de 1532 fundou Martim Afonso a primeira colônia regular no Brasil: a de S. Vicente. Levantaram uma igreja, a alfândega, o pelourinho e diversas casas. Transposta a serra, fundou Martim Afonso a vila de S. André, na borda do Campo de Piratininga. João Ramalho facilitou-lhe a aliança dos Tamoios.

Martim Afonso introduziu a cultura do trigo e da vinha, gado e frutos europeus.

Ainda estava em S. Vicente quando o rei D. João III resolveu dividir o Brasil em capitania, sistema que dava bons resultados na Madeira e nos Açores.

Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa, seu irmão, receberam quinhões nessas Capitânicas. (S. Vicente, o primeiro, S. Amaro, Itamaracá, o segundo). Houve, de 1534 a 1535, varias outras doações. As Capitânicas, em geral, não deram grandes resultados no Brasil. Alguns donatários se revelaram incapazes; outros nem vieram, ou só vieram mais tarde. Martim Afonso desde 1532, se retirára, distinguindo-se aliás na Índia. Os ataques dos aborígenes, a grande extensão das Capitânicas, os poucos recursos dos donatários, a falta de um governo central explicam o mau êxito da tentativa. A metrópole



estava longe e as capitânias eram independentes umas das outras . A de Pernambuco, onde o donatário - Duarte Coelho - fundou Olinda, constituiu exceção notável por haver prosperado.

O próprio D. João III, em 1548, reconhecia o malôgro do sistema. No ano seguinte chegava ao Brasil Tomé de Sousa, para inaugurar o Governo Geral.

#### IV. - O Governo Geral.

Com o primeiro governador geral Tomé de Sousa chegaram ao Brasil os primeiros Jesuitas, sob a direção do Padre Manuel da Nóbrega (1549). Vieram também um ouvidor-geral, um provedor-mór da fazenda e um capitão-mór da costa. Os dois últimos eram donatários das Capitânias de Ceará e de Paraíba do Sul, agora providos em cargos da administração central.

Tomé de Sousa governou quatro anos e revelou energia, honestidade e tino administrativo. Fundou a cidade do Salvador, logo depois chamada de S. Salvador e que é a Baía de hoje. Mandou buscar colonos dos Açores e gado de Cabo Verde. Viajou até às capitânias do Sul e deu o governo de S. André da Borda do Campo, elevado à categoria de vila, a João Ramalho, que tinha grande prestígio entre os índios, conforme dissemos.

Durante o Governo de Tomé de Sousa, o Brasil foi elevado à séde episcopal, chegando em 1552 à Baía o primeiro Bispo, D. Pero Fernandes Sardinha.

O segundo governador geral, - Duarte da Costa - (1553 - 1557) foi pouco feliz na administração. Teve questões com o Bispo e não pôde impedir que os Franceses se estabelecessem no Rio de Janeiro.

Novo contingente de Jesuítas veio para o Brasil com o segundo governador geral. Entre eles o jovem José de Anchieta, ainda noviço, com 19 anos de idade, e que ia ser um dos grandes vultos da catequese. Os jesuítas fundaram, a 25 de Janeiro de 1554, nas planícies de Piratininga, um Colégio que foi a origem do nome da vila, depois cidade e Capital agora do Estado de São Paulo.

O sucessor de Duarte da Costa foi Mem de Sá, cujo governo se estendeu até o ano de 1572, data da sua morte na Baía. Durante este longo período foram expulsos os Franceses do Rio de Janeiro. A fundação da grande metrópole brasileira remonta a essa época e foi consequência da tentativa francesa, chefiada em 1555 por



Villegaignon, ainda no governo de Duarte da Costa. Este governador nada fez para expulsar os invasores; Mem de Sá, porém, os atacou uma primeira vez, em 1560, sem resultados definitivos, e depois pediu reforços a Portugal. Veio de lá uma esquadra às ordens de Estácio de Sá, sobrinho do governador, e em 1565, na península entre o morro Cara de Cão (hoje S. João) e o Pão de Açúcar, Estácio lançou os fundamentos da cidade de S. Sebastião, hoje Rio de Janeiro. Mas não conseguiu expulsar os Franceses, que eram auxiliados pelos indígenas. Veio afinal Mem de Sá com reforços e índios fiéis ao Governo e a 20 de Janeiro de 1567 - dia de S. Sebastião - derrotou os Franceses. Os combates foram travados em vários pontos, na atual praia do Flamengo e nas ilhas de Villegaignon e do Governador. Estácio de Sá recebeu um ferimento de flecha, vindo a falecer um mês depois.

Mem de Sá transferiu a sede da nova cidade para o morro de S. Januário, depois chamado do Castelo, e hoje arrasado (É a atual Esplanada do Castelo). Para primeiro governador do Rio de Janeiro foi escolhido outro sobrinho do governador geral: - Salvador Correia de Sá.

Pouco depois da morte de Mem de Sá (1572), passava Portugal, e portanto o Brasil também, para o domínio espanhol (1580), que ia durar sessenta anos.

#### V. - Os Jesuítas.

A importância da ação desenvolvida pelo clero católico no Brasil e a contribuição notável que trouxeram os missionários especialmente os jesuítas na formação da nacionalidade, são pontos reconhecidos por todos os autores. Desde os primeiros tempos da Colônia, representavam os filhos de Santo Inácio uma grande força moral.

O Brasil e a Companhia de Jesús têm, aliás, quasi a mesma idade histórica: o descobrimento da Terra de Santa Cruz em 1500, coincide com o alvorecer dos Tempos Modernos: os primeiros resultados da obra de Colombo e de Vasco da Gama, isto é, a América e o Caminho marítimo para as Índias, o esplendor da renascença artística e literária; as lutas da Reforma e a reação Católica ou Contra-Reforma.

A Companhia de Jesús nasceu, com os votos de Montmartre, em 1534, o próprio ano do nascimento de Anchieta e do estabelecimento no Brasil do regime das Capitânias. Sincronismo dos mais interessantes. É certo que Paulo III só aprovou solenemente a Companhia em 1540. Mas logo com o primeiro governador geral chegavam também os primeiros soldados de Santo Inácio à cidade do Salvador.



Tomé de Souza trouxe Manuel da Nóbrega. Duarte da Costa vem com José de Anchieta. Impossível separar tais nomes ao escrever a história do primeiro século da vida do Brasil.

Manuel da Nóbrega, português de nascimento, que fizera estudos brilhantes na Universidade de Coimbra, entrara para a Companhia em 1544. Fundador e provincial na colônia nascente, dirigiu desde logo a obra da catequese dos selvícolas. Enviou da Baía elementos para fundar nos Campos de Piratininga o Colégio de São Paulo, origem da grande cidade brasileira. Foi quem induziu o rei de Portugal a expulsar do Rio de Janeiro os Franceses invasores e animou Estácio e aconselhou a Mem de Sá, nos momentos mais difíceis. Faleceu em 1570, no Colégio do Rio de Janeiro, onde passou os tres últimos anos de uma vida admirável, de verdadeiro apóstolo. Suas cartas revelam ciência, virtude e raros dotes de observador.

José de Anchieta nasceu em Tenerife, nas Canárias. Estudou em Coimbra e desde cedo mostrou excepcional talento. A completude da sua obra no Brasil constituiu motivo de justa admiração de quantos a estudam atentamente. Viveu aqui quarenta e quatro anos, tendo falecido em 1597, em Reritiba, aldeia de sua predileção. (É hoje a cidade de Anchieta, outrora Benevente, nome êste do rio que a banha).

José de Anchieta foi, a um tempo, missionário e professor; homem de letras e observador inteligente da nossa fauna e da nossa flora, autor teatral e poeta em vários idiomas (português, castelhano, latim e tupi), legitimo precursor de uma pedagogia renovada, educador completo, de palavra e de ação, homem tão extraordinário que já desde a sua vida tinha fama de taumaturgo.

Em 1563, sublevados os selvícolas contra os portugueses, e havendo entre os chefes revoltados alguns realmente bravos e temíveis, (na chamada Confederação dos Tamoios)- Nóbrega e Anchieta foram, com admirável coragem e finura diplomática, entender-se com os índios. Obtiveram o armistício de Iperoig.

Anchieta ficou, entre os selvagens sózinho, como réfem, indo Nóbrega tratar a paz. Foi então que Anchieta compôs, em latim, um poema à Virgem Maria, com mais de cinco mil versos (hexâmetros e pentâmetros), escritos a princípio na areia das praias e confiados depois à memória, antes de os poder passar para o papel. Deste poema há hoje bela edição, com o original latino e tradução em verso livre, publicada pelo Arquivo Nacional. Foi ainda Anchieta quem compôs a primeira gramática da lingua geral, falada pelos indígenas do grupo tupí.

Com razão se considera Anchieta, como o vulto inicial da



história da literatura no Brasil.

Não se limitaram, portanto, os Jesuitas, ao simples mistério de ensinar a religião aos selvagens. Foram também os primeiros educadores da sociedade colonial em via de formação. Mais para adiante ainda veremos o que fizeram na grande obra de desbravamento do norte, do sul e do interior do Brasil.

#### VI. - O domínio hespanhol.

Conforme o tratado de Tordesilhas, celebrado entre Portugal e Espanha, em 1494, o Brasil - descoberto mais tarde por Pedro Alvares Cabral - só ficaria pertencendo aos portugueses até o limite demarcador preestabelecido, isto é, até 370 léguas a Oeste de Cabo Verde. Já sabemos que esse meridiano demarcador corta o território brasileiro mais ou menos onde hoje ficam ao N. Belém do Pará e ao S. Laguna, em Santa Catarina.

No século XVI os Portugueses não se aventuravam pelo interior do Brasil além do limite ocidental. De preferência procuravam ir colonizando, vários pontos do litoral e só uma ou outra expedição mais ousada foi devastando uma pequena porção do Hinterland. Por seu lado os Espanhóis tinham muito que fazer na orla do Pacífico e, além disso, a Cordilheira Andina constituia uma barreira natural. Facilmente se compreende que não houvesse então invasões nem choques por esse lado.

Reunidas as duas corôas de Espanha e Portugal, em 1580, com Felipe II, a possibilidade de tais conflitos desaparecia; mas vinham outras, e mais graves, consequências para o Brasil.

Os Holandeses tinham se revoltado contra o governo de Felipe II e haviam proclamado a sua independência, constituindo a República das Províncias Unidas (1579). A Espanha ficara fiel ao Catolicismo, ao passo que os Holandeses haviam abraçado o protestantismo. Além de tudo, os Flamengos, habituados ao comércio dos produtos da Índia por intermédio de Portugal, tinham agora um obstáculo diante de si: Felipe II fechou-lhes os portos portugueses.

Não causa surpresa, portanto, que com o domínio espanhol, viesse o Brasil a sofrer vários ataques de esquadras holandesas.

E não só de holandeses teve que defender-se o Brasil. Também aqui estiveram ingleses e franceses. As tentativas inglesas, não tiveram consequências duradouras (ataques em Santos, em 1583, com Eduardo Fenton; na Baía, quatro anos depois, com Roberto Withrington; em Santos e no Espírito Santo, em 1591, com Tomás Cavendish; e em 1595, no Recife, com James Lancaster).



A tentativa francesa no Maranhão, com La Ravardière, produziu resultados mais importantes. Protegidos os Franceses por Henrique IV e, depois do assassinio d'este monarca, também auxiliados pela regente Maria de Médicis, estabeleceram-se no local onde hoje está a cidade de S. Luiz. O topônimo, aliás, foi homenagem ao jovem monarca francês, ainda menor, em 1612, isto é, Luiz XIII.

Esta tentativa de uma França Equinocial, no Brasil, falhou, como falhara, no Rio de Janeiro, a França Antártica de Ville-gaignon. La Ravardière foi vencido e obrigado a deixar o Brasil. Distinguiu-se nesta luta Jerônimo de Albuquerque. Várias famílias francesas preferiram continuar no Maranhão.

No mesmo ano, - 1615 - foi mandada uma expedição ao Pará e aí se fundou a futura Capital do Estado, Belém, atingindo-se portanto o limite ocidental do Brasil português.

A conquista e colonização do Norte pelo litoral foi feita em pouco mais de trinta anos, desde a Paraíba até o Pará. A participação do elemento indígena fiel aos portugueses merece especial referência. Também houve apóio aos franceses invasores por parte de algumas tribus, quer no Rio, quer no Maranhão. Na luta contra os Holandeses, em geral os elementos indígenas auxiliaram os portugueses na resistência ao invasor.

Ao findar o primeiro século de vida, contava o Brasil estabelecimentos portugueses ao longo da costa, desde Belém até Cananéia, mas com largas extensões desconhecidas. Praticamente os limites naturais eram o Amazonas e o Prata.

A população seria talvez de uns 50.000 habitantes. A classe ínfima, escravizada, constava de índios e africanos. A classe média era constituída dos portugueses que viviam dos seus salários: feitores, oficiais mecânicos, mestres de açúcar ou ainda criadores de gado e lavradores em geral. A nobreza da terra, o escol da sociedade, eram os senhores de engenho. Possuíam estes últimos em suas fazendas quanto havia na época: moendas, cobres, fôrmas, tearres, lenha, criação, canaviais, escravos e, não raro, igreja e capelão ou vigário, que era quasi sempre o mestre-escola.

O transporte era feito por barcos, se os engenhos ficavam à beira-rio, ou então em carros de bois.

Vinhos, fazendas, etc., vinham da metrópole. O comércio interior fazia-se por meio de mascates. Havia falta de dinheiro em circulação e freqüentes eram as trocas de gêneros.



Os maiores centros eram Baía, Olinda, Rio, São Paulo. Não passavam, entretanto, de logarejos mal construídos, cuja população permanente era composta de funcionários, mecânicos e comerciantes. Em Pernambuco é que os senhores de engenho ostentavam maior luxo: as senhoras usavam joias, vestiam sêda, comiam em baixelas de prata e nos leitos havia colchas de damasco. Touradas e cavalhadas eram as distrações prediletas.

A principal lavoura era a cana. Funcionavam mais de cem engenhos em toda a colônia e só Pernambuco entrava com cêrca da metade. Exportavam-se especiarias, pau brasil, algodão, peles, mas a renda era insignificante. A criação de gado ia-se desenvolvendo.

#### VII. - As invasões holandesas. Nassau.

Em 1602 fundaram os Holandeses a Companhia das Índias Orientais, destinada a comerciar diretamente com a Índia. Os lucros foram imensos. Animados, resolveram os Holandeses, em 1621, criar a Companhia das Índias Ocidentais, afim de operar na América. O ponto escolhido para a primeira invasão no Brasil foi a Baía. Era a capital e estava mal defendida.

Houve, entretanto, avisos do projetado ataque e a cidade preparou-se como podia para a resistência. O inimigo, porém, demorou e o entusiasmo da defesa arrefeceu. Quando menos se esperava, surgiu a frota holandesa (Maio de 1624). Diogo de Mendonça Furtado, governador, tentou resistir, mas foi vencido e aprisionado. Johan van Dorth assumiu o govêrno. O bispo D. Marcos Teixeira fugiu para o Recôncavo e animou os habitantes à resistência. Tal foi o esforço que despendeu que veio a falecer (em Outubro do mesmo ano). Mas as guerrilhas continuaram.

Johan van Dorth morreu na luta. Faleceu também o seu sucessor, Alberto Schouten. Afinal, veio uma forte esquadra luso-espanhola, sob o comando de D. Fradique de Toledo Osório. Não puderam os Holandeses resistir ao sítio e em Abril de 1625 Ernesto Kiff teve que capitular. A 12 de Maio tremularam na Baía as bandeiras vencedoras de Espanha e Portugal.

Desta primeira tentativa nada haviam lucrado no Brasil os holandeses.

Muito mais longa e importante foi a segunda tentativa dos Holandeses no Brasil. O ponto escolhido foi Pernambuco. A esquadra atacante, com uns 70 navios e cêrca de 7.000 homens, apareceu diante de Olinda em meados de Fevereiro de 1630. Mathias de Albuquerque,



governador, tentou em vão resistir. Senhores de Olinda, os Holandeses atacam e tomam o Recife. Retira-se Mathias de Albuquerque para o arraial de Bom Jesus, nas proximidades, e recorre a guerrilhas e emboscadas, que lhe permitem prolongar a resistência por cinco anos.

Um mameluco de Pôrto Calvo, Domingos Fernandes Calabar, passando-se para o campo holandês, facilitou aos invasores a tomada de vários pontos importantes: Iguarassú, Rio Formoso, Itamaracá, Rio Grande. Em 1635 os Holandeses mandavam desde a Paraíba até Recife.

Calabar foi afinal aprisionado e enforcado, enquanto Mathias de Albuquerque se retirava para Alagoas.

Em 1637 chegava da Europa, Maurício de Nassau, cuja administração, no Brasil holandês, foi realmente notável. Além de estender o domínio dos invasores até o S. Francisco, fez levantar em Penedo o forte Maurício, ergueu no Recife uma nova cidade, na ilha de Antônio Vaz, a Mauricéia, deu impulso às artes e letras e atraiu ao Brasil homens de valor. Piso e Marckgraff reuniram preciosas coleções de história natural. Franz Post passou para a tela as paisagens pernambucanas.

Não obstante um ou outro defeito, Maurício de Nassau foi sem dúvida um administrador de primeira ordem. Durante os sete anos do seu governo, Portugal sacudiu o jugo espanhol (1640). A luta, entretanto, continuou no Brasil, pois os colonos desejavam expulsar os invasores flamengos e estes últimos estavam decididos a não perder as conquistas efetuadas. A retirada de Nassau, que se incompatibilizara com a Companhia das Índias Ocidentais, apressou a decadência do Brasil holandês (1644).

Desde 1642 vinha o Maranhão lutando contra os invasores. Em Pernambuco a insurreição rebentou no ano seguinte ao da partida de Nassau e foi chefiada por João Fernandes Vieira, português, auxiliado principalmente pelo paraibano André Vidal de Negreiros, que pregou a causa do movimento pelo interior da capitania. Vieira obteve a vitória do Monte das Tabocas, sendo aclamado governador. Distinguiram-se no heroísmo o preto Henrique Dias e o índio Potí (Antônio Filipe Camarão). Houve encontros renhidos, verdadeiras batalhas, como as dos Guararapes - de 1648 a 1649 - em que os Holandeses, superiores em número, foram derrotados pelas forças de Francisco Barreto de Menezes.

Em 1649, Portugal fundou uma Companhia de Comércio, que trouxe socorros aos colonos. A Holanda, pelo contrário, entrou em guerra com os Ingleses, em razão dos prejuízos que lhe causava o Act of Navigation. O Brasil holandês, desamparado pela metrópole, não podia resistir. Em 1654 a Capitulação da Campina do Taborda, assina



da entre os beligerantes, consagrava a vitória dos nossos.

Lucramos, todavia, com a invasão flamenga. O interior do país ficou mais conhecido; abriram-se estradas; a obra de Nassau foi um estímulo e um exemplo. Combatendo o inimigo comum, brancos, negros e índios lutaram lado a lado. Aponta, na resistência heróica ao invasor, certo sentimento de autonomia. É nesse período, em meados do século XVII, que pela primeira vez se manifestou de modo notável a consciência do valor próprio da colônia, capaz de fazer por si, independentemente da metrópole, o que se lhe afigura necessário.

O nativismo, que se acentuará melhor nos primórdios do século XVIII e produzirá os conflitos impropriamente chamados de guerras dos Emboabas e dos Mascates, apresenta no Brasil a particularidade interessante de ter nascido do sentimento religioso. Era a princípio a religião que o colono defendia contra os invasores protestantes; depois, senão desde logo, era a terra, que já considerava sua (\*).

Quando, passado o perigo, retomam os portugueses a sua atitude de superioridade e desprezo, os filhos do país já estão conscientes do que são e do que valem.

#### VIII. - O elemento negro.

Dizem os cronistas que foi Gil Eanes quem iniciou o tráfico dos escravos, levando para Lisboa alguns negros do Senegal. Mais tarde Antão Gonçalves capturou alguns mouros na Costa do Ouro e resgatou-os em troca de dez escravos negros, os quais foram levados para a Europa. Foi isto na primeira metade do século XV.

No Brasil o tráfico é tão antigo quasi quanto o descobrimento do país. Deve remontar mais ou menos a 1532, época da fundação de S. Vicente. Para aqui vinham negros de todas as colônias africanas (Angola, Benguela, Moçambique, das ilhas do mar da Guiné, Fernando Pó, Príncipe, S. Tomé, Ano Bom). Os chefes africanos, ambiciosos de lucro, lutavam com os seus vizinhos, afim de escravizá-los e vendê-los aos traficantes portugueses.

Do século XVI em diante, filas e filas de negros escravizados, de pesada cadeia ao pescoço e presos uns aos outros para não fugirem, seguiam rumo da costa, marcados a ferro em brasa e sob o chicote dos Tumbeiros. Eram comprados, em geral, a troco de missangas, de pano da Costa riscado, de cachaça ou de objetos de aço. Eram levados para os presidios (Caconda, Ambaca) e depois embarcados nos



principais portos (S. Paulo de Loanda, S. Filipe de Benguela). Atirados no porão de imundos navios, só de vez em quando podiam subir à coberta para dansar e respirar um pouco de ar puro, que lhes conservasse a vida. Dizimava-os a bexiga, o sarampo, os maus tratos, a fome. Muitos preferiam a morte, jogando-se ao mar. A alguns consumia lentamente a saudade da terra, o Banzo.

Aqui chegados, os escravos eram distribuidos pela zona do litoral, de preferência na Baía e nas capitaniás do norte. Os Cacimbos e os Gingas eram procurados pela sua bela corpulência; os Congos ou Cabindas, masi franzinos, eram mais dóceis e ótimos para os serviços domésticos.

Cabiam ao negro os trabalhos dos engenhos, dos campos, dos transportes urbanos, da cabotagem, das fábricas, das oficinas, do comércio, - tudo enfim que exigisse esforço e fadiga.

Os índios eram rebeldes e avessos ao trabalho pesado. Tinham, além disso, a seu favor a própria lei e a grande voz dos Jesuítas. Os negros, sem proteção legal, eram tratados como animais pelo feitor, sempre disposto a punir de chicote, ou mais cruelmente ainda, qualquer falta cometida. Viviam nas senzalas, amontoados sem higiene nem conforto algum. É justo entretanto reconhecer que no Brasil o negro foi em geral mais feliz ou menos desgraçado que noutros países, inclusive as colônias norte-americanas. Muitas vezes o escravo ou escrava se tornava querido dos senhores e sobretudo das crianças.

As leis portuguesas abrandavam o rigor do cativo pelo ensino religioso, pelo batismo e até, algumas vezes, pelo casamento diante do altar, com a permissão dos senhores. Havia ainda a possibilidade do resgate e as alforrias na ocasião do batizado, por exemplo.

Quando os senhores eram cruéis, os negros sofriam terrivelmente. E reagiram, nalgumas ocasiões, com vinganças hediondas. O negro fugido causava por isto verdadeiro pavor.

Palmares foi a grande e quasi única reação armada e organizada do elemento africano em nossa terra.

Durante a segunda invasão e consequente ocupação holandesa em Pernambuco, muitas famílias abandonaram seus engenhos e fazendas. Aproveitaram-se da situação os negros escravos e fugiram também, para formarem, no seio das florestas, núcleos ou centros de focagidos, isto é, quilombos. O mais famoso - o de Palmares - ficava na Serra da Barriga, nas Alagoas. A abundância das palmeiras explica-lhe a denominação.



Crescendo o número dos foragidos e aperfeiçoando-se os meios de defesa, começaram os negros a se tornar temíveis nos arredores, pois atacavam as fazendas e as vilas (Pôrto Calvo, Penedo, Serinhaem), em bandos armados, à procura de recursos.

Várias expedições tentadas contra os quilombos de Palmares ficaram infrutíferas. Afinal o governo de Pernambuco apelou para o destemido paulista Domingos Jorge Velho, que já devassára as regiões centrais até o Maranhão. Veio êle com os seus bandeirantes e atacou os redutos dos negros. Mas a luta foi longa e difícil, pois os negros se defendiam bravamente, com armas de fogo e flechas, água a ferver e brasas acesas. Em 1695, caiu o principal dos quilombos. Segundo a lenda, o maioral - Zumbi ou Zambi -, isto é, Gangazuma, preferindo a morte à escravidão, atirou-se por um despenhadeiro.

A verdade é que foi aprisionado e morto, extinguindo-se com êle a história dos Palmares.

A importância do africano era tão grande nos primeiros séculos da nossa história que um cronista pôde escrever: "Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem êles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente". Os filhos dos colonos eram entregues desde pequenos às amas de leite ou às mucamas (governantes) negras e daí uma grande e natural influência. A afetividade da Mãe Preta é um fato comovedor de nossa história doméstica e social.

As credices, as superstições, o amor da música e da dança, certa "negligência crecula", resignação heróica na miséria, concepção fatalista e leviana da vida, imprevidência unida ao trabalho - tais, entre outras, as qualidades boas ou menos felizes que herdamos dos negros.

São de origem africana o vatapá, os angús, os quibêbes, o tutú, a pamonha, as moquecas e outros quitutes; o cateretê, o jongo, a congada e a música de chocalhos e guizos; o transporte em cadeirinha (banguê) ou rede (tipóia). O vocabulário sofreu também a influência do elemento negro: quilombo, quitanda, mandinga e infinitos outros exemplos.

O folclore, então é riquíssimo de heranças africanas. Festas populares, como a da antiga eleição do rei do Congo, na Baía, e certos aspectos, ainda hoje, dos Carnavais do Rio de Janeiro.

#### IX. - Entradas e bandeiras.

Desde os primeiros tempos da colonização houve tentativas de penetração no interior do país, mas em geral os resultados eram desa-



nimadores, às vezes até trágicos, pois os selvagens iam-se tornando cada vez mais perigosos, em represália à crueldade e avidez dos brancos. No fim do século XVII, descobertas as primeiras minas, a ambição mobiliza levadas e levadas de aventureiros.

Em Minas foi a bandeira de Antônio Rodrigues Arzão, em 1693, quem descobriu ouro pela primeira vez. No ano seguinte Bartolomeu Bueno de Siqueira também achou o precioso metal. Na segunda metade do século XVII e no princípio do seguinte o movimento das bandeiras intensificou-se de modo notável. O grande historiador Capistrano de Abreu resume o roteiro dos bandeirantes da seguinte forma, supondo presente um mapa do Brasil:

"Deixando o rio Tieté, alcançaram o Paraíba do Sul pela garganta do S. Miguel; desceram-no até Guapacaré, atual Lorena, e daí passaram a Mantiqueira, aproximadamente por onde hoje a transpõe a E. F. Minas e Rio. Viajando em runo de Jundiá e Mogí, deixaram à esquerda o salto do Urubupungá, chegaram pelo Parnaíba a Goiaz. De Sorocaba partia a linha de penetração que levava ao curso superior dos afluentes orientais do Paraná e do Uruguai. Pelos rios que desbocam entre os saltos do Urubupungá e Guaira, transferiram-se da bacia do Paraná para a do Paraguai, chegaram a Cuiabá e à cidade de Mato Grosso. Com o tempo a linha do Paraíba ligou o planalto do Paraná ao do S. Francisco e do Parnaíba; as de Goiaz e Mato Grosso ligaram o planalto amazônico ao rio-mar pelo Madeira, pelo Tapajós e pelo Tocantins".

Dentre as bandeiras, é justo pôr em relevo a de Fernão Dias Pais Leme, o Caçador de Esmeraldas, imortalizado pelos versos de Olavo Bilac. A expedição durou sete anos, tendo começado em meados de 1674. Fernão Dias era já velho, mas de grande intrepidez. Seguiram até o rio das Velhas, semeando e plantando, em pousos longos, origem de futuras povoações. Não acharam esmeraldas, e sim turmalinas ou crisólitos, mas a expedição devassou uma zona enorme. Fernão Dias veio a morrer à margem do rio das Velhas, no Sumidouro, supondo ter achado as "pedras verdes".

Bartolomeu Bueno da Silva, quasi pela mesma época, atingiu o rio Vermelho, aprisionou índios de tribus goianas e trouxe amostras de ouro. O filho, que o acompanhára menino, voltou em 1722 ao interior de Goiaz e encontrou grandes riquezas no sólo. Ambos foram chamados Anhanguera (o Grande Diabo ou aquele que já foi diabo; por extensão: valente, resoluto).

Conta-se que para atemorizar os índios, Bartolomeu Bueno, queimára aguardente numa escudela, ameaçando queimar assim todo o rio



Vermelho, se não revelassem onde havia o metal amarelo (ouro).

Em 1718, Pascoal Moreira Cabral, com uma grande bandeira, atingia as margens do Coxipó Mirim, em Mato Grosso.

#### X. - Movimentos nativistas.

Já por ocasião dos ataques holandeses ao Brasil muitos filhos da colônia haviam lutado pela defesa do território por impulso espontâneo e até contra ordens da metrópole portuguesa. O amor do solo em que nasceram, o sentimento nativista, a idéia ainda um tanto vaga de uma pátria capaz de se tornar livre mais cedo ou mais tarde, revelam-se pouco a pouco. No princípio do século XVIII os dois movimentos chamados - aliás com exageração - guerras de Emboabas e de Mascates já têm caráter francamente nativista.

Emboaba era denominação aplicada aos Portugueses pelos Paulistas, com intenção depreciativa. É difícil dizer exatamente o que significa o termo (laçadores de gente? traidores? forasteiros? gente de pés sempre calçados?). A exploração das minas de Sabará atraiu grande número de aventureiros, brancos, pardos, negros e índios; era fatal a rivalidade, com lutas e vinganças.

Entre os Emboabas era chefe notável Manuel Nunes Viana. Dos Paulistas, um dos mais célebres era Domingos da Silva Monteiro. Em um encontro junto ao Rio das Mortes, em 1708, os Paulistas foram derrotados. O desejo natural de uma desforra poderia levar mais longe a luta; em 1709, depois de alguns fatos de menor importância, Minas e S. Paulo foram separados do Rio de Janeiro, formando capitania distinta. Manuel Nunes Viana prestou obediência ao novo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

A luta de Mascates foi em Pernambuco. Os Olindenses alcunhavam os portugueses do Recife de mascates, porque eram negociantes a retalho. Quando os recifenses, em 1710, conseguiram que afinal fôsse a sua povoação elevada a vila, os Olindenses insurgiram-se, obrigando o governador Castro Caldas a fugir. O Bispo assumiu o governo, no meio de grande confusão. Bernardo Vieira de Melo, chegou a propôr que se proclamasse uma república "à semelhança da de Veneza". Só em 1714 se restabeleceu a calma. A rivalidade entre portugueses e brasileiros reaparecerá mais tarde, na revolução de 1817.

#### XI. - A rebelião de Filipe dos Santos.

Em 1711 foram elevadas à categoria de vilas as povoações de Ribeirão do Carmo (hoje Mariana), de Vila Rica (atualmente Ouro Preto) e de Nossa Senhora da Conceição de Sabará.



Pouco depois ficou resolvido que, para substituir o imposto do quinto, se cobrariam 30 arrobas anuais de ouro, divididas pelas diversas comarcas.

A população da região das minas em sua grande maioria era pobre e sem proteção. O ouro era propriedade só dos senhores das lavras. Os preços dos gêneros de primeira necessidade - carne, peixe salgado, milho, feijão, farinha - eram excessivos, os impostos e as multas aumentavam as dificuldades da vida.

Desde 1717 governava como capitão-general o conde de Assumar (D. Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos). Bom militar, mas sem ilustração, queria dominar pela força e pelo terror. Daí a sua impopularidade.

Criadas as casas de fundição, em 1719, devia todo o ouro das minas ser posto em barras, proibindo-se o transporte, comércio e exportação do ouro em pó. O descontentamento foi geral. Logo depois a vila de Pitangui se insurgiu, sob a direção de um paulista poderoso - Domingos Rodrigues do Prado. A companhia de Dragões do Conde de Assumar dominou a sedição.

Na noite de S. Pedro do mesmo ano - 1720 -, insurgiu-se Vila Rica, sendo atacada por bandos de mascarados a casa do ouvidor. No dia seguinte ocuparam o largo da Câmara. Assumar estava na vila do Carmo (Mariana) e para lá marcharam os sublevados - quase 2.000 -, na madrugada de 2 de Julho. O Conde prometeu fazer o que pediam os revoltosos e deu-lhes um alvará de perdão, isto é, um documento autenticado com o selo das armas reais.

O povo, delirante, dispersou-se. Mas os motins continuaram e o Conde, que procurara só ganhar tempo, ordenou a prisão dos cabeças da sedição. O principal - Filipe dos Santos Freire - foi preso no adro da igreja de Cachoeira do Campo, quando pregava ao povo a revolta.

Assumar ordenou que incendiassem as choupanas dos rebeldes (hoje é o chamado morro da Queimada, em Ouro Preto). Filipe dos Santos, depois de enforcado (16 de Julho de 1720), foi atado à cauda de um cavalo, em disparada pelas ruas de Vila Rica.

## XII. - Ataques franceses ao Rio de Janeiro no século XVIII.

A guerra de Sucessão de Espanha, no princípio do século XVIII, arrastou Portugal e, por isto, produziu também consequências no Brasil.

Em 1710 foi o Rio de Janeiro atacado por João Francisco Duclerc



que trazia uns mil homens e uma esquadilha de seis embarcações. O desembarque foi em Guaratiba e por Jacarépaguá, Engenho Novo, Engenho Velho, chegaram ao centro da cidade. Estudantes, populares, tropas do governador, obrigam os Franceses a abrigar-se num trapiche, esperando refôrço que lhes deveria vir por mar. Tiveram, porém, que render-se, morrendo muitos. Duclerc teve a cidade por menagem. Em Março do ano seguinte foi misteriosamente assassinado.

Sob o pretexto de vingar-lhe a morte, veio com forte esquadra de 18 navios o célebre corsário Renato Duguay-Trouin. Em Setembro de 1711 era o Rio de Janeiro atacado pelos Franceses. O governador Francisco de Castro Morais retirou-se para Iguassú. A população, apavorada, fugira ao bombardeio. Duguay-Trouin exigiu pesadas condições para resgate da cidade, sob pena de incendiá-la. O governador, intimidado, concordou em pagar 600.000 cruzados, além de entregar avultado número de bois e caixas de açúcar. Ao chegarem reforços de S. Paulo e Minas, estava assinado o acôrdo. Antônio de Albuquerque assumiu o govêrno do Rio.

Os prisioneiros da expedição de Duclerc, no momento do abandono da cidade, arrombaram as prisões e se entregaram aos maiores latrocínios. O convento de Santo Antônio foi por êles visitado e, quando lá chegaram os emissários do almirante, já se haviam roubado muito. Ainda assim, os Franciscanos entregaram grandes valores, que haviam enterrado, mas só o fizeram depois de ameaçados, com espingardas e pistolas apontadas aos peitos.

Era contristador, depois do saque, o estado das ruas e das praças: arrombados os armazens pela soldadesca, viam-se trastes de grande custo dependurados, objetos de luxo no meio da lama. O vinho misturado com o açúcar e outros gêneros, formava uma camada espessa, sôbre a qual era difícil caminhar. Por toda parte papeis rotos, roupas aos montes e até os ornamentos das igrejas não escaparam à fúria da soldadesca desenfreada. "Pena, dizia um cronista francês da época, que tudo isso fosse feito sem ordem e método e que se perdessem tantas cousas de valor, que teriam aumentado os lucros da expedição".

### XIII. - As Reduções, os índios e os bandeirantes.

Desde 1610 haviam os Jesuitas começado a sua obra de catequese e aldeamento dos selvagens, fundando à margem esquerda do Paranapanema as reduções de Santo Inácio e Loreto. Em 1630, a província de Guaira (entre o Paranapanema, o Itararé, o Iguassú e a margem esquerda do Paraná) contava uma dúzia de aldeias. A província do



Paraná, com sete reduções, fôra organizada pouco antes e desde 1620 se iniciára o movimento povoador das reduções no atual Rio Grande do Sul.

Diante desses aldeamentos era natural a cobiça dos colonos. Só a formidável bandeira de Antônio Raposo, em 1628, espalhou o terror e a destruição pela província de Guairá. Eram 1.000 mamelucos, uns 2.000 índios auxiliares, sob a direção de uns 70 paulistas importantes.

Saqueada a região, os missionários e índios que puderam fugir foram para outra região, entre o Paraná e o Uruguai. Mesmo aí, foram atacados, mas os Guaranís os auxiliaram, repelindo os assaltantes.

Em 1652 os Jesuitas estabeleceram-se no Pará e Maranhão, passando mais tarde as suas missões à Paraíba, ao Ceará, ao Amazonas, etc. Como no sul, também no norte houve lutas com os colonos, por causa dos índios.

A causa principal do desentendimento entre os Jesuitas e os colonos foi a defesa dos índios. Os colonos queriam escravizar os selvagens. Os Jesuitas se opunham. Daí as lutas, tanto no sul quanto no norte do país.

D. Sebastião e mais tarde Filipe II tinham permitido escravizar só os índios antropófagos e os prisioneiros de guerra declarada pelo governo. Os colonos, levados pela cobiça, não atendiam à lei e atacavam os próprios índios aldeados pelos Jesuitas, nas chamadas Reduções.

Nesses aldeamentos viviam os indígenas ocupados no cultivo da terra, beneficiando o algodão, contribuindo cada qual para o bem da comunidade e realizando uma espécie de socialismo cristão, se é possível reunir os dois termos. Cada chefe de família tinha um lote de terra. Davam também uma casa de presente aos noivos por ocasião do seu casamento.

Os meninos logo de manhã iam para a escola. Ao meio-dia voltavam para casa, afim de ajudar os pais. A escola era presidida por um mestre índio sob a fiscalização de um missionário. Aprendia-se o guaraní, o castelhano e o latim. Fazia-se cantar e tocar na igreja quem tivesse aptidão. Havia nas reduções escultores, pintores, torneiros, pedreiros, ferreiros e carpinteiros muito hábeis.

Em cada redução havia sempre dois jesuitas: um era o cura e o outro o coadjutor. Ao cura ou reitor cabia a suprema autoridade e a administração da justiça.



#### XIV. - Tratados de Madrid e de Santo Ildefonso.

Pelo tratado de Tordesilhas todo o Rio Grande do Sul e a região do Uruguai pertenciam aos Espanhóis. Estes, porém, atraídos pelo Perú, descuidaram dessas terras a cuja conquista Portugal se julgava com direitos, pois que Pero Lopes delas tomara posse em 1530.

Em 1680, Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, recebeu ordem de fundar um estabelecimento português à margem setentrional do Rio da Prata. De fato, desde Laguna, em Santa Catarina, até Buenos Aires, a costa estava desguarnecida militarmente. Surgiu assim a Colônia do Sacramento, desde logo motivo de constantes lutas entre Espanhóis e Portugueses. Tomada em 1704 por Afonso Valdez, defendida com valor por Sebastião da Veiga Cabral, foi enfim em 1715, por efeito do tratado de Utrecht, celebrado pouco antes, restituida aos Portugueses. Fundaram então os Espanhóis Montevideu - 1723, que rapidamente se desenvolveu.

Em 1737, por ordem de Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro, o brigadeiro José da Silva Pais fundou próximo à barra do Rio Grande do Sul a povoação de S. Pedro. No ano seguinte, Santa Catarina, já ocupada e fortificada, foi criada capitania dependente do Rio de Janeiro.

Em 1750 as côrtes de Portugal e Espanha resolveram definir claramente os limites de suas colônias sul-americanas. O tratado de Madrid, que então foi celebrado, estabelecia com pouquíssimas diferenças, a mesma configuração do Brasil de hoje. É que já não podia prevalecer a linha demarcadora de Tordesilhas. As bandeiras, a obra missionária dos Jesuítas haviam triplicado a extensão do país. Mas o tratado de Madrid determinava a entrega da Colônia do Sacramento à Espanha em troca das reduções jesuíticas chamadas os sete povos das Missões, no Uruguai. Foi um erro grave. Os índios sublevaram-se; a luta causou a destruição da obra dos Jesuítas, que pouco depois foram expulsos.

As dificuldades de execução do tratado levaram os dois governos a uma convenção, em 1761, anulando o próprio tratado de Madrid e repondo as cousas no seu antigo estado.

Mais tarde o tratado de Santo Ildefonso - 1777 - determinou quasi os mesmos limites de 1750, exceto no Sul, onde os Portugueses perdiam a Colônia do Sacramento e as Sete Missões.



#### XV. - Pombal e os Jesuítas.

Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, foi ministro de D. José I de Portugal, de 1750 a 1777. Em rigor foi Pombal quem governou durante todo o reinado. Enérgico, prestou a seu país alguns serviços notáveis, principalmente por ocasião do grande terremoto de 1755, que destruiu quasi a cidade de Lisboa.

Quanto ao Brasil a ação de Pombal foi antes prejudicial do que útil, embora tivesse tomado algumas providências dignas de aplauso: transferiu a capital da Baía para a cidade do Rio de Janeiro; criou tribunais, cuidou da administração das minas, animou o comércio e adquiriu para a corôa as capitânias que ainda pertenciam a particulares, indenizando-os. Mas cometeu graves erros, proibindo no Brasil as indústrias de ourives, fiadores de ouro, tecelagem de seda e algodão e, no Maranhão, a cultura da cana. O maior dos seus erros foi expulsar os Jesuítas, em 1759, tendo-os acusado injustamente de serem responsáveis pelo mau êxito das demarcações consequentes ao tratado de Madrid e pela sublevação dos índios. Já sabemos porque não queriam êstes passar para o domínio português, lembrados ainda do que tinham sofrido com os ataques dos bandeirantes.

A expulsão dos Jesuítas foi para a obra de civilização dos selvagens um golpe funesto. Ninguém conseguiu depois o que êles haviam realizado em suas admiráveis reduções.

#### XVI. - A Inconfidência Mineira.

As colônias inglesas da América do Norte (atualmente os Estados Unidos), lutando contra a Inglaterra, tinham proclamado a sua independência em 1776. O exemplo naturalmente havia de influir nas outras colônias em toda a América e também no Brasil. Além disso, o século XVIII foi um período em que na Europa, e especialmente em França, alguns escritores defenderam idéias novas e ousadas, que entusiasmaram os moços, sobretudo os estudantes das universidades. Um dos livros que maior influência exerceram foi o Contrato Social de Rousseau.

O govêrno português cometia o erro de querer impedir no Brasil o funcionamento de fábricas e o progresso das indústrias, reduzindo a colônia a uma situação de inferioridade. Não é de admirar, portanto, que alguns espíritos mais adiantados desejassem a emancipação do Brasil sob a fôrma de república.

Foi êste o sonho de um grupo de intelectuais, em Vila Rica, em 1789, na chamada Inconfidência Mineira. Governava a capitania o Visconde de Barbacena. Era vice-rei do Brasil D. Luís de Vasconcelos